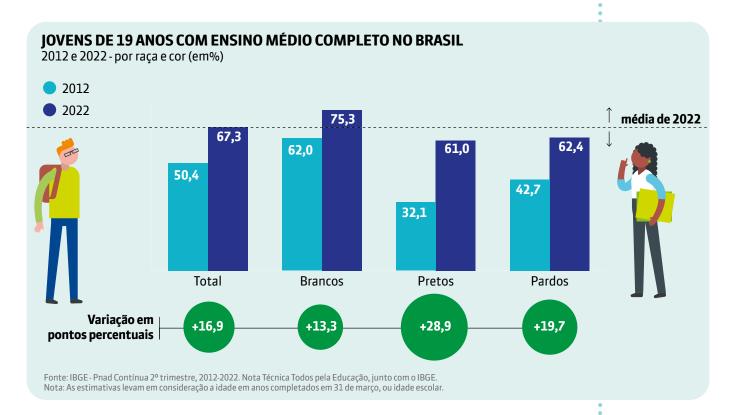




percepção crescente da sociedade brasileira em relação ao racismo existente no País representa um passo importante na luta por uma educação antirracista. Dados de uma pesquisa recém-divulgada pelo Peregum (Instituto de Referência Negra) e Projeto SETA mostram que 44% dos entrevistados reconhecem este como principal fator gerador de desigualdades no Brasil, e outros 69% o consideram o tema mais importante a ser estudado dentro das escolas. O levantamento - com 2.000 pessoas de 16 anos ou mais, nas 5 regiões do país, de 14 a 18 de abril de 2023 - mostra ainda que escola e outras instituições de ensino são os locais mais citados (quatro em dez respostas) entre aqueles que foram vítimas de alguma violência racial.



De fato, não há como combater a desigualdade racial sem olhar atentamente ao que acontece na escola. Embora a ampliação do acesso ao Ensino Médio e da conclusão da educação básica tenham se configurado como um dos movimentos mais vigorosos registrados nas estatísticas educacionais desde a redemocratização do país, desigualdades significativas ainda persistem (veja dados no gráfico acima). E os problemas são ainda mais graves em relação à aprendizagem. O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021 (Todos pela Educação/Editora Moderna) revela que, entre jovens brancos, 54% terminavam o Ensino Médio com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, percentuais superiores aos de pretos (30%) e pardos (39%) no ano de 2019.

Esses dados reafirmam a necessidade de não somente melhorarmos o acesso e a qualidade do ensino para todos os grupos, mas, também, de realizarmos isso com equidade. E isso não será conquistado sem que professores e gestores em todos os níveis educacionais tenham um olhar atento a essas desigualdades e atuem de maneira consciente e afirmativa para combatê-las.

Cida Bento, doutora em psicologia e conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), ressalta que diversas experiências nas escolas afetam a vida de meninos e meninas negras, prejudicando sua trajetória escolar: "Uma professora que não percebe quando um aluno negro levanta a mão, por exemplo, ou que nunca escolhe um aluno ou aluna negra para ser seu assistente, está impactando a vida desses estudantes. Qual memória ele terá da escola? A escola é inóspita para a criança negra. E isso impacta no afetivo-emocional e, consequentemente, no aprendizado."

## **MATERIAIS DE APOIO**

Por se tratar de um problema estrutural, as desigualdades raciais não serão enfrentadas com inciativas isoladas ou pontuais. É necessário um



"Uma professora que não percebe quando um aluno negro levanta a mão, por exemplo, ou que nunca escolhe um aluno ou aluna negra para ser seu assistente, está impactando a vida desses estudantes. Qual memória ele terá da escola?"

Cida Bento, doutora em psicologia e conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) novo olhar para a política pública, partindo do princípio da necessidade de construção de uma educação antirracista. A criação da lei 10.639 que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira representou um avanço importante nesse sentido, mas duas décadas depois de sua promulgação ele ainda está longe de ser uma realidade nas escolas.

Para subsidiar os educadores, várias organizações da sociedade civil têm produzido conteúdos que podem ser utilizados em estratégias de conscientização e formação, voltados a alunos, docentes e famílias.

Um deles está disponível no Observatório de Educação – Ensino Médio e Gestão, do Instituto Unibanco. Trata-se da Coleção Antirracista, uma série de oito minidocumentários, em linguagem dinâmica para atrair o público jovem, mas tocando em profundidade em temas como o mito da democracia racial, a política de cotas ou o racismo estrutural de nossa sociedade. Também no Observatório de Educação estão disponíveis coleções de conteúdos para educadores, sob curadoria de especialistas e entidades especializadas, que tratam de temas como o combate à discriminação na escola, a educação quilombola, ou o papel da gestão escolar na busca de equidade racial.

Outro conteúdo de acesso gratuito ("Educação e Relações Étnico-Raciais") foi realizado pela Fundação Santillana. São podcasts que tratam de temas como: diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais; ensino de História e cultura afro-brasileira e africana; experiências de educadores em escolas quilombolas; ou a participação de mulheres negras nas ciências. Nilma Lino Gomes, ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, consultora de Políticas Antirracistas da Fundação Santillana e curadora da série, explica que é preciso combater uma série de mitos sobre a história de luta da população negra no Brasil.

Ela também ressalta que é necessário que a formação dos professores para a questão racial e seu enfrentamento esteja pensada desde a faculdade. "É preciso levar a questão racial para a sala de aula nas licenciaturas, cumprindo o que já está dito nas diretrizes-curriculares dos cursos de graduação."

Outro conjunto de materiais que pode servir de referência a educadores é a Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na comunidade escolar, que foi elaborada pela ONG Ação Educativa com o objetivo de contribuir para o processo de implementação da lei 10.639/03 e de construção de um plano de ação estratégica da escola que gere transformações efetivas no cotidiano escolar.

Em entrevista ao portal Nexo, Ednéia Gonçalves, coordenadora-executiva da Ação Educativa, lembra que um dos desafios para uma educação antirracista nas escolas é o enfrentamento do mito da democracia racial. "Ele ainda é muito forte, um sinal de que a sociedade brasileira prefere fechar os olhos para todos os desrespeitos aos direitos humanos da população negra, e dentro das escolas isso é muito forte"

## **PROJETO PERMANENTE**

Segundo levantamento realizado pelo Todos Pela Educação a partir de dados do questionário socioeconômico respondido por diretores de escolas





"É preciso levar a questão racial para a sala de aula nas licenciaturas, cumprindo o que já está dito nas diretrizes-curriculares dos cursos de graduação"

Nilma Lino Gomes, ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no último Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), apenas metade das escolas públicas desenvolvem projetos sobre relações étnico-raciais.

E o papel da gestão escolar é também fundamental para que a agenda da educação para as relações étnico raciais avance de forma contínua, e não apenas a partir de projetos pontuais. Foi justamente essa preocupação que levou a equipe da Escola de Ensino Médio Maria Conceição de Araújo, em Acaraú (CE), a propor uma caravana pedagógica que mudou a forma como as demais escolas da região encaram o racismo e o preconceito.

O projeto envolveu as 11 escolas da região em um processo extenso e complexo de letramento racial. Hoje a inciativa tem apoio da Secretaria de Educação do Ceará. Primeiro, os estudantes recebem sugestões de professores sobre os temas a serem tratados, depois recebem uma formação sobre equidade racial e, em seguida, desenvolvem seus projetos, que podem variar de trabalhos acadêmicos até apresentações de teatros de sombras. Após serem desenvolvidos, os trabalhos são compartilhados com todas as escolas envolvidas no projeto.

"Desenvolvemos a ideia por estarmos preocupados com a temática racial ser tratada apenas no dia 20 de novembro", explica o professor Cristiano Marques. O relato completo da experiência pode ser conferido aqui.

Mesmo experiências exitosas como essa não tornam nenhuma comunidade imune ao racismo e é preciso que a gestão seja firme na sua postura em não tolerar nenhum tipo de preconceito e buscar suporte de outros profissionais se for necessário. Paulo Fhillipe de Oliveira Alencar, diretor da Escola de Ensino Médio Maria da Conceição Araújo, conta que em 2022, houve um caso de injúria racial na escola envolvendo alunos do 2° ano do ensino médio. A escola então contatou órgãos de assistência estatais e parceiros externos, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que ajudaram a realizar um ajuste de conduta entre o aluno ofensor e a vítima. "Essa ação mostrou a importância de buscar apoio externo para lidar com situações de desigualdade e preconceito", relata o diretor.



## **PARA SABER MAIS**

- Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, Editora Moderna/Todos Pela Educação: shorturl.at/bUV13
- Coleção antirracista, Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão/ Instituto Unibanco (2022): shorturl.at/lotZ3
- Coleção Educação e Relações Sociais, Ação Educativa (2014): shorturl.at/qMVZ1
- Desigualdades Étnico-Raciais nas Matrículas e na Conclusão do Ensino Médio (nota técnica), Todos Pela Educação (mai/2023): shorturl.at/pAGH0
- E-book Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, Ação Educativa (2023): shorturl.at/ABHOV
- Percepções sobre o Racismo no Brasil,
   Peregum Instituto de Referência
   Negra/Projeto SETA/Ipec (jul/2023):
   bit.ly/pesquisaRacismo2023
- Plataforma Percursos Alternativos, Coletivo de Intelectuais Negros e Negras (CDINN), (2023): shorturl.at/drHQU
- Podcast Educação e Relações Étnico-Raciais, Fundação Santillana: shorturl.at/zBHL7

**Aprendizagem em Foco** é uma publicação quinzenal produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br
Para ler as edições anteriores, acesse: https://bit.ly/BoletimAprendizagemFoco
Produção editorial: Redação Raphael Preto Pereira; Edição Antônio Gois e Fabiana Hiromi
Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; Edição de arte Fernanda Aoki

